



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª etapa
13/novembro/2010

PROVA ESCRITA DE DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.

INSTRUÇÕES

- 1- Cada pergunta terá peso 1 (um).
- 2- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- 3- Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4- Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
- 5- Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
- 6- Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
- 7- Poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem ou de textos extraídos da Internet. A proibição abrange, inclusive, anotações com caneta marca texto.
- 8- O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
- 9- Não será prestado nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.
- 10- Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
- 11- Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
- 12- Os 2 (dois) últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
- 13- O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da Prova na Sala 101.

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

TITULARES

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO CAROLINO - Presidente
JUIZ ANTERO ARANTES MARTINS
ADVOGADA FABIOLA MARQUES - (OAB)

SUPLENTE

DESEMBARGADOR MARCELO FREIRE GONÇALVES
JUÍZA EROTILDE RIBEIRO DOS SANTOS MINHARRO
ADVOGADO MARCEL CORDEIRO – (OAB)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÕES

QUESTÃO 01.

“A” interpôs reclamação trabalhista contra sua empregadora, a sociedade de economia mista “B”, sustentando que manteve contrato de trabalho pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com esta desde 01/06/1980. Obteve aposentadoria espontânea em 01/08/2007 e continuou trabalhando para sua empregadora até que em 11/09/2009 foi abruptamente dispensado, ocasião em que recebeu apenas o saldo de salário e a liberação dos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Postula o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da dispensa sem justa causa, inclusive indenização de 40% sobre o FGTS de todo o contrato de trabalho.

Defendendo-se, “B” alega que não obstante entendimento exarado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADIN) 1.770-4, no caso em apreço, com a aposentadoria espontânea obtida em 01/08/2007 operou-se a extinção do contrato de trabalho mantido entre as partes e a prestação de serviços posterior não pode gerar direitos e obrigações, eis que tal vinculação está eivada de nulidade porque não precedida de nova aprovação em concurso de provas e títulos. Prequestiona a aplicação do art. 37, incisos II, XVI e XVII e ainda § 10º da Constituição Federal, bem como aplicação da Súmula 363 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Solucione fundamentadamente a controvérsia observando todos os questionamentos formulados pelas partes e o posicionamento adotado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 02.

Lucas foi estagiário de engenharia no setor de usinagem de uma empresa metalúrgica. Ao término do estágio, cujo contrato seguiu fielmente as formalidades legais, ajuizou reclamação trabalhista – não para caracterização do vínculo – mas, apenas, para pleitear o pagamento de adicional de insalubridade que entende devido.

Discorra sobre a viabilidade de sucesso desta demanda à luz da legislação vigente abordando, inclusive, a competência da Justiça do Trabalho para dirimir este conflito.

QUESTÃO 03.

Há idade mínima para o trabalho doméstico? Em caso afirmativo, qual? Fundamente a resposta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 04.

Numa execução trabalhista, cujo valor atual é R\$ 250.000,00, não foram encontrados bens da pessoa jurídica executada. Realizada a desconsideração da personalidade jurídica desta, logrou-se localizar três imóveis residenciais de propriedade de um dos sócios da executada. O imóvel “A”, avaliado em R\$ 100.000,00 e o imóvel “B”, avaliado em R\$ 125.000,00 estão locados a terceiros (locação residencial). O imóvel “C”, avaliado em R\$ 500.000,00, é destinado à moradia do devedor e de sua família.

Sobre os três imóveis não há qualquer averbação no Cartório de Registro de Imóveis relativamente ao tema “bem de família”.

Diante desta situação, responda fundamentadamente, também conforme ordenamento jurídico aplicável, acerca da possibilidade de penhora do bem “C” para satisfação desta execução trabalhista.

QUESTÃO 05.

Discorra sobre as correntes que tratam da aplicabilidade da prova obtida por meio ilícito no Processo do Trabalho.

QUESTÃO 06.

O que fundamenta a autonomia privada coletiva? Quais os seus limites em relação à figura do empregado?

QUESTÃO 07.

Diante da competência da Justiça do Trabalho para julgamento das ações nas quais se postula indenização por dano material e/ou moral decorrente de acidente de trabalho e doença profissional, apresentam-se três teorias acerca da análise do elemento “culpa” (*lato sensu*) do empregador para caracterização da sua responsabilidade pela indenização: a) Responsabilidade objetiva; b) Responsabilidade subjetiva contratual e; c) Responsabilidade subjetiva extracontratual.

Diante do enunciado acima responda:

- 7.1. Explique as três teorias supra mencionadas e seus fundamentos.
- 7.2. Quais são os parâmetros para liquidação do dano moral?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 08.

Quanto à Seguridade Social, discorra sobre os princípios da solidariedade, seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.

QUESTÃO 09.

Quanto ao Princípio da *lex loci executiones* e relação jurídica trabalhista. Explicar:

9.1 Conceito, legislação brasileira de proteção ao trabalho e transferência do empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior.

9.2. Natureza Monetária da contraprestação pecuniária por serviços prestados no Brasil.

QUESTÃO 10.

Equiparação Salarial. Responder, objetivamente, sobre:

10.1. Quadro organizado de carreira, e também com relação às entidades de direito público da administração direta, autárquica, fundacional e sociedades de economia mista.

10.2. Contagem de tempo. Requisitos.

10.3. Importância da denominação de cargos.

10.4. Cessão de empregados e exercício da função em órgão governamental estranho à cedente. Responsabilidade.

10.5. Desnível salarial proveniente de ação judicial beneficiando o paradigma.

10.6. Trabalho intelectual.

10.7. Conceito de “mesma localidade”.

10.8. Prescrição.

10.9. Substituição. Períodos e vacância de cargo.